

REUNIÃO DE LIDERANÇAS VAI DEFINIR RELATOR DO PPA

O senador Antonio Carlos Magalhães convocou para a terça-feira reunião das lideranças partidárias da Câmara e do Senado, destinada a escolher o relator do Plano Plurianual. "Não há ainda relator designado", assegurou.

PÁGINA 6

CAS APROVA TRATAMENTO CLÍNICO PARA ALCOÓLATRA

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto que impede as empresas de demitirem por justa causa empregados vítimas do alcoolismo, sem que eles antes sejam submetidos a tratamento.

PÁGINA 4

Everardo propõe imposto mínimo e taxa para remessas ao exterior

Nove propostas de mudanças legislativas, com a finalidade de fechar brechas legais que permitem às empresas a redução do imposto a pagar, foram apresentadas pelo secretário da Receita

A criação de um imposto de renda mínimo, a ser pago pelas empresas que ficassem isentas, é uma das nove propostas apresentadas ontem pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, na CPI do Sistema Financeiro. Outra idéia é a fixação de uma alíquota de 15% a ser cobrada sobre a remessa de juros.

Everardo (E), ao lado dos senadores Lúcio Alcântara, Bello Parga e João Alberto, apresenta as nove propostas para acabar com a elisão fiscal

PÁGINA 5



Regras de empréstimos a estados podem mudar

Uma subcomissão instituída ontem pelo senador Ney Suassuna, presidente da CAE, estudará mudanças na Resolução nº 78, que disciplina empréstimos aos estados.

PÁGINA 7

A subcomissão criada ontem pela CAE será formada por três senadores

CAE aprova projeto que facilita fiscalização de recursos

Proposta do senador Ademir Andrade obriga governos estaduais a informarem as assembleias legislativas sobre o montante de transferências federais recebidas, no prazo máximo de dois dias depois do repasse do dinheiro



Projeto de Sebastião Rocha integra a região situada entre as cidades de Belém e Macapá

Rocha defende integração de área no AP e no PA

Com o objetivo de desenvolver a região situada entre as cidades de Belém e Macapá, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou projeto que autoriza o governo federal a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará (Riapá) e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas. A área compreende as capitais do Amapá e do Pará, inclui a ilha de Marajó e mais 12 municípios que dependem "ora de uma, ora de outra capital no que tange aos serviços públicos, o que, naturalmente, provoca dificuldades para os governos de ambos os estados", argumenta o senador.

Além disso, explicou, a mesma região vem apresentando acentuada dinamização da agroindústria de produtos regionais, com aproveitamento maciço da terra e possibilidade de geração de empregos, e tem expressivo potencial disponível para a agricultura, mineração e turismo. "Justifica-se, assim, um esforço coordenado para criar condições de apoio ao desenvolvimento das atividades locais, por meio do adequado aporte de infra-estrutura", sustentou.

Ele lembrou que a região já havia sido reconhecida como de grande potencial para o desenvolvimento pela extinta Secretaria de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. O projeto inspira-se nos moldes da lei complementar recentemente sancionada que criou a Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou parecer favorável a projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) estabelecendo que as assembleias legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas sobre a liberação de recursos federais para os respectivos estados ou para o DF. A notificação deverá ser feita em dois dias úteis, contados da data do recebimento dos recursos. O projeto vai, agora, para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ademir Andrade explica, na justificativa, que o projeto tem por obje-

tivo facilitar a fiscalização da aplicação de recursos transferidos pela União a estados e ao Distrito Federal. Segundo o senador, as assembleias legislativas muitas vezes nem tomam conhecimento dos recursos repassados, "ficando a aplicação das verbas sujeita ao livre arbítrio do governador".

A proposição determina, ainda, que o governo beneficiário da liberação dos



Ademir é contra "livre arbítrio" de governadores na aplicação das verbas

recursos notifique também os partidos políticos, as federações, os sindicatos e as entidades empresariais cuja base territorial compreenda a respectiva unidade da Federação.

O relator da matéria, senador Paulo Hartung (PSDB-ES), apresentou emenda obrigando o respectivo governo a publicar em jornal de

grande circulação o montante dos recursos recebidos.

Piva sugere que 10% da receita de loterias sejam destinados ao esporte

Projeto do senador Pedro Piva (PSDB-SP) determina que sejam destinados 10% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB). A proposta prevê ainda que será concedida, anualmente, ao Comitê Paraolímpico Brasileiro a renda líquida to-



Pedro Piva quer pôr fim à "perene escassez de recursos" para o esporte

tal de um dos testes da Loteria Esportiva Federal. Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Pan-Americanos, o COB receberá renda líquida de um segundo teste.

Na justificativa da proposta, o senador afirma que a aproximação dos Jogos Olímpicos, em Sidney, Austrália, no ano 2000, reacende um de-

bate já conhecido dos setores que militam pela causa do esporte nacional: o da "perene escassez de recursos" que prejudica o setor.

— É fato inegável que o esporte brasileiro não tem recebido, nem por parte do poder público, nem por parte do investidor privado, o suporte financeiro indispensável para o seu completo desempenho e a justa obtenção de prêmios e do reconhecimento internacional. O exemplo dos recentes Jogos Pan-Americanos reforça a tese — defendeu o senador.

Simon quer redefinir competência de juizados especiais cíveis

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto de lei que altera a competência funcional dos juizados especiais cíveis, devido às controvérsias geradas pela Lei nº 9.099/95, que os instituiu, em relação à doutrina, à jurisprudência e à sua própria competência.

Ele entende que é necessário estabelecer critérios objetivos, seja de modo qualitativo ou quantitativo. "Havendo critérios objetivos de fiscalização de competência, não mais se poderá permitir às partes, especialmente ao autor, a escolha da Justiça comum ou

do Juizado Especial. É necessário, portanto, que se aprimorem os juizados especiais cíveis e criminais, delimitando as suas competências, com rigor técnico-jurídico, para evitar conflitos de competência e atribuição", explicou o senador.

O projeto estabelece para o Juizado Especial Cível competência funcional obrigatória para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a R\$ 4.800. O mesmo valor limita as ações de despejo para uso próprio, as ações



Simon diz que a legislação não delimita claramente as atribuições dos juizados especiais

possessórias sobre bens imóveis e dos títulos executivos extrajudiciais. Este valor, de acordo com o projeto, poderá ser atualizado anualmente pelo índice de inflação oficial do período.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária - trabalho nas comissões permanentes

COMISSÕES

▶ 10h - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Reunião Interna. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

▶ 10h - Subcomissão de Rádio e TV
Pauta: Palestra sobre "A Comunicação de Massa no Brasil de Hoje", com o diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Murilo César Ramos. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15

▶ 14h - Comissão Mista para Erradicar a Pobreza
Pauta: Exposição de Augusto de Franco, do Conselho do Comunidade Solidária. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

▶ 15h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: "PLS nº 66/99, institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza e diminuição de desigualdades socioeconômicas; emendas de Plenário nºs 3 e 4 oferecidas ao "PLC nº 10/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal; Emenda de Plenário nº 2 ao "PLC nº 7/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e dá outras providências; "Consulta nº 1/99, consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em atendimento à solicitação do senador José Eduardo Dutra, para que se manifeste sobre o conceito de "reputação ilibada", inscrita na Constituição; "PLS nº 73/99, que dispõe sobre a responsabilidade civil e penal do proprietários, possuidores e criadores de cães perigosos; "PLS nº 113/99, que proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça Pit Bull; "PLC nº 86/96, altera o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; "PLC nº 101/96, define condições para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos, e dá outras providências; "PLS nº 265/99, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; "PEC nº 28/99, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional dos delegados de polícia de carreira; "PLS nº 183/99, acrescenta artigo ao Código de Processo Penal, determinando os casos de segredo de justiça; e "PLC nº 9/97, altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
2º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Ampliação do número de candidatos a eleições tem discussão encerrada

Votação da proposta, que tem caráter terminativo, deverá ocorrer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania durante reunião prevista para a próxima quarta-feira

O senador José Agripino (PFL-RN), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), deu ontem por encerrada a discussão de projeto de lei permitindo que cada partido registre candidatos em número de até três vezes o total de vagas a serem preenchidas nas eleições proporcionais de níveis federal, estadual e municipal. Pela legislação atual, os partidos podem registrar candidatos em número de até uma vez e meia o total de vagas. De caráter terminativo, o projeto será votado na CCJ na próxima quarta-feira, dia 15.

Em substituição ao senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do parecer favorável à matéria, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou o relatório salientando que a ampliação do número de candidatos por partido é decorrente da proibição de coligações de partidos, conforme justificação dada pelo autor do projeto, senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

A discussão na comissão centrou-se nos argumentos contidos no voto em separado apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). À exceção do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), todos os demais senadores que participaram da discussão discordaram de Dutra e manifestaram seu voto favorável ao projeto.

Para o senador petista, o registro de um número ainda maior de candidatos por legenda representaria um



O relatório apresentado à CCJ sustenta que a ampliação do número de candidatos decorre da proibição de coligações

fortalecimento do sistema eleitoral proporcional de lista aberta. "Não é preciso ser mago para imaginar que, se nas últimas eleições locais já se ouvia que o eleitor deparava-se com um candidato em cada quarteirão, nas eleições do próximo ano a disputa eleitoral terá todos os contornos de verdadeiro mercado persa." Além disso, conforme Dutra, a ampliação seria medida tendente a beneficiar os grandes partidos, em detrimento das legendas de menor porte.

Valadares, em apoio, lembrou que uma comissão especial, formada no Senado para propor a reforma política, discutiu e aprovou projetos que não estão na pauta da CCJ, como o que institui o voto distrital misto e o

financiamento público das campanhas eleitorais. Matérias rejeitadas, no entanto, estão sob análise e têm autoria do próprio relator da comissão da reforma política, Sérgio Machado (PSDB-CE). Para Valadares, a ampliação do número de candidatos seria uma estratégia dos grandes partidos montada para enfraquecer os pequenos.

Requião, ao contrário, disse não considerar que a medida prejudicará os pequenos partidos e observou que a argumentação de Dutra, cabível em relação ao sistema proporcional de lista aberta, não se sustentaria como justificativa para rejeitar a ampliação do número de candidatos. O senador José Fogaça (PMDB-RS), por sua vez, salientou que, após a Constituin-

te de 1987-88, houve um estreitamento do número de candidatos por causa do excesso de partidos, cerca de 40. A atual tendência à redução das legendas fundamentaria o aumento do número de candidatos, disse.

Também pela aprovação, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) relatou que as bases de seu partido elegeram candidatos registrados em nome do PL e do PSD de Goiás, o que, a seu ver, enfraquece o sistema partidário. O fato, para Dutra, comprovaria sua tese de que a proposta fortalecerá os grandes partidos, enquanto, na opinião de Fogaça, ele demonstraria que um número restrito de candidaturas puniria os grandes partidos, pela perda de quadros.

CCJ examina projeto que cria linha oficial de pobreza

Projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui o indicador "linha oficial de pobreza", com parecer favorável do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é uma das 12 matérias que serão examinadas hoje, a partir das 15h30, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto estabelece que a linha oficial de pobreza será definida pelo Poder Executivo, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), devendo o governo federal definir metas para a progressiva erradicação da pobreza e para a redução das desigualdades socioeconômicas no país.

Na reunião extraordinária, convocada pelo senador José Agripino Maia (PFL-RN), presidente da comissão, os senadores também deverão deliberar sobre duas emendas de plenário ofe-

recidas ao projeto de iniciativa do Executivo sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. O relator, Bernardo Cabral (PFL-AM), emitiu parecer favorável a uma das emendas e contrário à outra.

Parecer de Romeu Tuma (PFL-SP) pela rejeição de emenda apresentada no plenário do Senado ao projeto que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) é outro item da pauta.

Entre outros projetos, a CCJ também votará, em caráter terminativo, proposta do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que estabelece a responsabilidade civil e penal de proprietários, possuidores e criadores de cães perigosos, assim como projeto do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO)

que proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça Pit Bull. Os senadores

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ramez Tebet (PMDB-MS), respectivamente, emitiram pareceres favoráveis aos dois projetos na forma de substitutivo.

Proposta de emenda constitucional (PEC) que dispõe sobre o regime constitucional dos delegados de polícia de carreira, de autoria do senador Romeu Tuma e com parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM), é outro item da pauta, que inclui, ainda, consulta feita à comissão pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que a CCJ se manifeste sobre qual o seu entendimento



Ramez Tebet



Romeu Tuma

sobre o conceito de "reputação ilibada". O pedido foi feito pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Outros dois projetos na pauta da CCJ dizem respeito a resíduos sólidos. Um deles, com parecer favorável de Antonio Carlos Valadares, é de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A outra proposta, apresentada pelo falecido deputado Jackson Pereira e com parecer favorável da senadora Lúzia Toledo (PSDB-ES), define condições para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos.

ACM diz que CPI desvendou casos inacreditáveis de corrupção

Logo após presidir a sessão de ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na saída do plenário que a Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando denúncias no âmbito do Poder Judiciário "desvendou coisas inacreditáveis de corrupção no Judiciário". Ele acrescentou que, apesar do Supremo Tribunal Federal discordar, várias decisões tomadas pelo próprio STF atrapalharam os trabalhos da comissão.

— Se a CPI pudesse trabalhar em todo o Brasil sem os óbices criados pelo Supremo Tribunal, não tenho dúvidas de que o Poder Judiciário estaria modificado no país, pela força popular. Agora mesmo a própria OAB, que defendia tanto, já está dizendo que o Judiciário vai mudar — afirmou Antonio Carlos.

Sobre o caso do juiz Leopoldino Marques do Amaral, do Fórum de Cuiabá, autor de denúncias de corrupção no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, e que está desaparecido desde sábado passado, Antonio Carlos comentou que, se realmente ele tiver sido assassinado, os acusados passam a ser suspeitos. Ele garantiu que o Congresso vai prestigiar a ação do juiz que acusou.

Indagado pelos repórteres, Antonio Carlos comentou a proposta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que quer a realização de um plebiscito popular para saber se o Brasil deve ou não pagar sua dívida externa. O presidente do Senado disse que não é através de um plebiscito que o país resolveria suas dívidas com as outras nações.

— Evidentemente, há desconhecimento da CNBB nesse assunto. Muitos assuntos eles conhecem, outros eles desconhecem totalmente. Agora o que todos precisam conhecer é rezar missa — ironizou Antonio Carlos.

TV Senado debate certidão gratuita

Há um ano os brasileiros têm o direito de tirar certidões de óbito e de nascimento de graça, mas na realidade isto não vem acontecendo. Segundo dados do IBGE, cerca de um milhão de bebês deixam de ser registrados a cada ano no Brasil. Esse é o tema do programa *Debate* da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 9h e às 21h30.

Para o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), o problema está na "grande desinformação sobre a gratuidade do registro". A solução, segundo Althoff, será a realização de uma campanha de esclarecimento junto à população.

Projeto protege alcoólatra de demissão sumária

Comissão de Assuntos Sociais aprova, depois de grande discussão, proposta emendada pela senadora Marina Silva que condiciona dispensa de trabalhador vítima de alcoolismo a prévio tratamento clínico e suspensão

Após um debate de duas horas, os senadores da Comissão de Assuntos Sociais decidiram aprovar a inclusão, no âmbito da Consolidação das Leis do Trabalho, do conceito de alcoolismo como doença, como orienta a Organização Mundial da Saúde. Os senadores aprovaram emenda de plenário, apresentada pela senadora Marina Silva (PT-AC) e relatada pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), a projeto de lei originário da Câmara que introduz alterações no artigo 482 da CLT, no que se refere às condições para que se processe a demissão do trabalhador por justa causa.

Atualmente, informa a senadora, a lei estabelece que a embriaguez habitual — no ambiente de trabalho ou fora dele — é motivo para a demissão por justa causa. Da maneira como a comissão aprovou a alteração, a ruptura do contrato de trabalho, sob a alegação de justa causa, só poderá se dar se o estado de embriaguez do empregado for verificado em serviço. “Caso contrário estaria se infringindo o preceito constitucional que garante o resguardo da intimidade e da vida privada”, acentua Marina.

Geraldo Cândido acrescentou em seu relatório a obrigatoriedade de o empregador advertir o funcionário, encaminhá-lo a tratamento clínico e, no caso de reincidência da falta, suspender o empregado pelo prazo de até 30 dias consecutivos, antes de demiti-lo.

Os senadores da comissão discutiram

os vários pontos favoráveis e contrários à medida, atentando principalmente para a questão do alcoolismo ser ou não uma doença. Para a senadora Marina Silva, o projeto “representa um avanço, pois está de acordo com o tratamento dado pela OMS para o tema, que considera o alcoolismo uma doença”.

Já os senadores Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) e Osmar Dias (PSDB-PR) manifestaram o temor de que seja impossível executar a medida, em função das carências do INSS e do uso de má-fé pelo funcionário, que poderia se utilizar desse precedente para se manter afastado do trabalho e ainda continuar a receber seus rendimentos.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) citou sua experiência como médico pericial para argumentar que nenhum alcoólatra, se for comprovadamente doente, vai se apoiar na lei a fim de adiar a volta ao trabalho ou evitar a cura.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) concluiu afirmando que, “apesar das diferentes opiniões e dos riscos em se aprovar uma proposta difícil de ser aplicada, tornou-se consenso para os membros da comissão que a questão do alcoolismo deve ser tratada como doença e não como um desvio moral”.

Ainda debateram os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT), Luiz Estevão (PMDB-DF), Maria do Carmo (PFL-SE) e Geraldo Cândido. A matéria volta ao plenário, depois de passar pela Comissão de Educação e pela CCJ.



Marina considera avanço a aprovação, por reconhecer o alcoolismo como uma doença

Comissão quer ouvir médicos antes de decidir se aprova projeto de Lúcio Alcântara



CAS discute cobrança do atendimento feito pelos hospitais universitários

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) solicitando a realização de audiência pública para analisar a possibilidade de cobrança dos serviços médicos prestados pelos hospitais públicos universitários. A reunião deve ocorrer dentro de 15 dias e contará com a presença do presidente do Conselho Federal de Medicina, Valdir Paiva de Mesquita, e do ex-ministro da Saúde, o cardiologista Adib Jatene.

Tião Viana pretende com o encontro subsidiar os senadores com informações suficientes para que possam decidir sobre o projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que trata do assunto e está em tramitação na comissão. Para Tião Viana, a matéria desfigura o caráter

da prestação de assistência à saúde pública, constante na Constituição. O presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), considerou válida a iniciativa do encontro, informando que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pediu rapidez na apreciação da matéria pela comissão.

Em seu projeto, Lúcio Alcântara sugere modificações na Lei Orgânica da Saúde a fim de incluir a possibilidade de cobrança de consultas e outros procedimentos médicos prestados aos pacientes que sejam atendidos nos hospitais universitários e que, comprovadamente, possam pagar pelos serviços prestados.

Alcântara justifica sua proposta lembrando que esses hospitais estão passando por grandes dificuldades, pois têm atendido mais pessoas do que

poderiam, sendo que grande parte dos pacientes não é carente financeiramente. O médico Adib Jatene introduziu, à época em que presidiu o Instituto do Coração (Incor), de São Paulo, mecanismo semelhante ao pretendido por Lúcio Alcântara.

Na mesma reunião, Osmar Dias comunicou, também, a confirmação da audiência com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Ele foi convidado, a pedido da senadora Heloísa Helena (PT-AL), para prestar informações sobre os recursos que a União está destinando à área social, especialmente aqueles obtidos junto aos bancos multilaterais de desenvolvimento e que visem ao combate à pobreza. A audiência está prevista para a próxima terça-feira (dia 14), às 17h.

Lutador de arte marcial pode ter pena em dobro

O praticante de artes marciais ou outros tipos de luta que cometer qualquer crime aplicando, de forma desvirtuada, as técnicas das lutas, poderá ter sua pena aumentada ou mesmo dobrada. A definição consta de projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que foi aprovado ontem na reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

A proposta de Estevão, que foi relatada favoravelmente pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), implementa alterações no Código Penal nas tipificações dos crimes de homicídio doloso, rixa qualificada, ameaça e formação de quadrilha ou bando. Uma das modificações, por exemplo, duplica a pena se os agentes do crime formarem quadrilha e forem praticantes de qualquer tipo de luta. “Não podemos assistir de braços cruzados à violência dos garotões de academias de jiu-jítsu ou outros tipos de luta, bem como a baderna e pancadaria que pro-

vocam em festas ou na rua, ou ainda as frequentes brigas de gangues”, argumenta o autor. No mesmo projeto, Luiz Estevão inclui, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, a obrigatoriedade de registro na Vara da Infância e da Juventude de todo praticante de artes marciais.

A comissão aprovou também substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) ao projeto originário da Câmara que cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e um programa continuado de vacinação para pessoas dessa faixa etária e que se encontram internadas ou recolhidas em asilos, casas de repouso ou hospitais geriátricos. No Dia de Vacinação, os idosos de todo o país vão receber vacinas antigripal, antipneumocócica e antitetânica.

Ainda na reunião da tarde de ontem, os senadores da CAS aprovaram o parecer do senador Luiz Estevão



Luiz Estevão pretende combater violência das gangues de praticantes de artes marciais

favorável à emenda de plenário, elaborada pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA), ao projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que fixa em seis horas diárias o limite da jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. A emenda de Luiz Otávio pretende flexibilizar esse dispositivo, possibilitando que as contratações de mão-de-obra feitas sob o regime de trabalho que siga o contrato de gestão possam ser excluídas deste limite de jornada de trabalho.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Spinning bike
7h30 — *Especial Unip* — A relevância da pesquisa
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — A senadora Heloísa Helena comenta projetos de combate ao endividamento dos estados
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Debate* — O senador Geraldo Althoff e o secretário nacional de Política de Saúde, João Yunes, comentam o registro civil gratuito
10h — *Sessão Plenária* (ao vivo)
14h — *Comissão Mista para Erradicar a Pobreza* (ao vivo)
Logo após — *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania* (ao vivo)
20h30 — *Entrevista* — Senadora Heloísa Helena
21h — *Jornal do Senado*
21h25 — *Senado em Pauta*

21h30 — *Debate* — O senador Geraldo Althoff e o secretário nacional de Política de Saúde, João Yunes, comentam o registro civil gratuito
22h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — *Sessão Plenária do Senado* (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — *Sessão Plenária do Senado* (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

CE aprova renovação de 15 emissoras de rádio e TV

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem pareceres favoráveis a 15 projetos de decreto legislativo que tratam da renovação de concessões e permissões de emissoras de televisão e de rádios AM e FM. Com exceção da senadora Marina Silva (PT-AC), que se absteve, todos os senadores presentes acompanharam os relatores das matérias por acreditar que as emissoras cumpriram as exigências legais para continuar a receber a autorização para funcionar.

Os parlamentares aprovaram a renovação da concessão das rádios AM Iracema, de Cunha Porã (SC); Educadora, de Dois Vizinhos (PR); Sociedade, de Novo Horizonte (SP); Tupã, de Tupã (SP); Cabugi, de Natal (RN); Cultura, de Bragança Paulista (SP); da Fundação Metropolitana Paulista, de São Paulo (SP); Rádio Mulher, de Araraquara (SP); da Televisão Capital, de Brasília (DF), e da TV Record de Rio Preto, de São José do Rio Preto (SP).

A comissão aprovou a renovação da permissão das rádios FM Difusora

Alto Vale, de Rio do Sul (SC); ABCStéreo, de Santo André (SP); JPB, de Lages (SC); FM-100, de Anápolis (GO), e Educadora de Campinas (SP). A aprovação do Senado significará, segundo a Constituição, mais dez anos de permissão (no caso das rádios FM) ou concessão (no caso das AM) para explorar os serviços.

Ao analisarem o último item da pauta, o parecer ao projeto de decreto legislativo aprovando os atos que renovam as concessões outorgadas à Fundação Metropolitana Paulista para explorar a radiodifusão em onda média e onda curta em São Paulo (SP), o senador Bello Parga (PFL-MA) alertou Marina Silva, líder do Bloco Oposição, para o fato de o cardeal dom Paulo Evaristo Arns ser presidente da referida fundação.

A senadora afirmou que a abstenção na votação de projetos dessa natureza é uma posição política, baseada no entendimento da oposição de que o Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso Nacional, deve ser instalado para que possa fundamentar a decisão dos parlamentares:

— Tenho certeza de que as pessoas compreenderão nossa posição de não utilizar dois pesos e duas medidas — afirmou Marina, que admitiu que essa posição do bloco não tem ajudado a pressionar pela instalação do conselho e “talvez seja o momento de reavaliá-la”.



Senadores da comissão seguiram pareceres dos relatores, favoráveis às renovações

Professor dá palestra sobre comunicação de massa

Formada para apreciar programas, planos e políticas governamentais referentes à comunicação de massa, a Subcomissão de Rádio e Televisão se reúne hoje, às 10h, para ouvir palestra do professor Murilo César Ramos, diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. “A comunicação de massa no Brasil de hoje” é o tema da palestra.

Criada no âmbito da Comissão de Educação, essa subcomissão é presidi-

da pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) e tem como vice-presidente o senador Artur da Távola (sem partido - RJ).

Um de seus objetivos é promover a interação do Senado com os órgãos do Poder Executivo e com entidades da sociedade civil que possam contribuir para o debate sobre a comunicação de massa no país, e com as entidades representativas das emissoras de rádio e TV.

Comissão ouve experiência do Comunidade Solidária

A Comissão Mista Especial de Erradicação da Pobreza se reúne hoje, às 14h, para ouvir uma exposição de Augusto de Franco, um dos executores do programa Comunidade Solidária. Convidado por iniciativa do Bloco Oposição, ele deverá falar sobre as iniciativas que o governo federal vem

conduzindo para reduzir as desigualdades sociais do país. A comissão foi formada para estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e a marginalização, além de reduzir as desigualdades regionais.

Everardo sugere à CPI imposto de renda mínimo

Secretário da Receita traz nove propostas para combater elisão fiscal das grandes empresas



Everardo (E) defendeu uma mudança radical no sistema tributário e pressa na aprovação das propostas

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, apresentou ontem à CPI do Sistema Financeiro nove propostas de mudanças legislativas com a finalidade de fechar brechas legais que permitem às grandes empresas a redução do Imposto de Renda a pagar. A principal proposta, contida em projeto de lei complementar, é a criação do imposto de renda mínimo, a ser pago por empresas que ficariam isentas. No ano passado, metade das 530 maiores empresas que operam no país não pagaram Imposto de Renda.

Os senadores da CPI vão agora discutir os anteprojetos, e o relator, senador João Alberto (PMDB-MA), anunciou que pretende aproveitar algumas propostas e incluí-las em suas sugestões finais. Nesse caso, as alterações pretendidas pelo secretário da Receita seriam apresentadas ao Congresso Nacional como sendo da CPI do Sistema Financeiro.

Everardo propôs dois anteprojetos — um altera o Código Tributário Nacional e outro mexe na legislação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas. A maior novidade, se o Congresso aprovar, será a criação de uma alíquota de 15% a ser cobrada sobre a remessa de juros que empresas sediadas no Brasil pagam a bancos estrangeiros ao tomar empréstimos. Ele acredita que isso renderá de imposto cerca de R\$ 1 bilhão por ano.

Atualmente, esses juros são isentos de taxa no Brasil mas o banco paga no exterior até 20% de Imposto de Renda. “Na verdade, estamos transferindo receita para outros países. Vamos cobrar isso aqui”, propôs Everardo Maciel, informando que, se o Congresso aprovar a mudança ainda neste ano, já em janeiro do ano 2000 ela poderá ser cobrada.

Outra mudança importante sugerida é a autorização que será dada à Receita Federal para desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência de fato que possa gerar pagamento de Imposto de Renda. O secretário explicou que são muito comuns tais negócios e os fiscais da Receita nada podem fazer, “porque tudo é legal”.

Um dos artigos de um dos projetos

AS PROPOSTAS DE EVERARDO MACIEL

- Cobrança do Imposto de Renda mínimo das empresas. Pagará 5% das empresas brasileiras, exatamente as maiores.
- Tratamento tributário idêntico para residentes e não-residentes que aplicam nos fundos de investimentos. Também haverá a mesma taxa para fundos de renda fixa quanto variável (15%).
- Cobrança de Imposto de Renda nas remessas de juros para o exterior. Hoje há isenção.
- Prazo de um ano para validade de liminares na área tributária (exceto para ações diretas de inconstitucionalidade). Hoje, com base em liminares, existem empresas que protelam pagamentos de impostos há 10 anos.
- Cobrança de Imposto de Renda de 1% nas operações day-trade (iniciadas e encerradas no mesmo dia) nas Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros. A alíquota é simbólica, mas permitirá à Receita conhecer quem está operando no mercado objetivando usar brechas para redução de pagamento de IR.
- Proíbe a compensação tributária de créditos a partir de liminares concedidas pela Justiça.
- Tributação será feita em bases universais, possibilitando a cobrança de impostos sobre empresas coligadas com sede em outros países.
- Receita poderá desconsiderar negócios com a finalidade de dissimular ocorrência de fato gerador de imposto.

Receita identifica remessa de dólares

Até agora, usando dados enviados pela CPI, a Receita Federal já identificou 413 pessoas e 345 empresas que remeteram dólares para o exterior usando as chamadas contas CC-5 do Banco Central e com grandes indícios de fraudes. “Não fosse a CPI, a Receita não poderia nem investigar as contas CC-5”, disse Everardo Maciel. Em junho, os senadores da comissão de inquérito receberam do Banco Central milhares de páginas com dados de empresas e pessoas que remeteram dinheiro pelas CC-5 e a CPI decidiu entregar tudo para a Receita investigar.

Conforme o secretário, das 413 pessoas, 216 são omissas em declaração de renda em 96 e 97. Das empresas, 45 também nem declararam as remessas. Um total de 28 empresas, de acordo com Everardo, já estão sofrendo processo administrativo por conta dos dados enviados pela CPI. As pessoas e empresas com indícios de irregularidades enviaram para o exterior exatos R\$ 14,5 bilhões nos últimos anos.

igual a alíquota do Imposto de Renda sobre fundos de renda variável, atualmente de 10%, à alíquota aplicada à renda fixa (que é de 20%). Tudo será feito gradualmente e a partir do ano 2002 elas ficarão em 15%. Também será cobrada a mesma alíquota para residentes e não-residentes que fazem investimentos no mercado financeiro.

Outra proposta que fecharia “uma das grandes brechas” de redução das receitas federais é a limitação do prazo de validade (um ano) de liminares concedidas a empresas que questionam pagamento de tributos. A alteração só não valeria para ações de declaração de inconstitucionalidade. A Receita, também, seria obrigada a começar e terminar em

um ano os processos administrativos de cobrança de impostos.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou as propostas de grande importância para a CPI e previu que o Senado deverá aprová-las sem maiores problemas. Mas, para Simon, a tramitação na Câmara dos Deputados é uma incógnita.

Ao falar à CPI, como convidado, Everardo Maciel defendeu “uma mudança radical” no sistema tributário do país e defendeu que a Câmara aprove, sem mudanças, o projeto do Senado que abre à Receita Federal informações bancárias, o que permitirá aos fiscais do “Leão” investigar as grandes movimentações financeiras.

Mozarildo cobra instalação de linha elétrica



Mozarildo: energia elétrica ficará mais barata em RR

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu empenho do governo federal nas negociações com a Venezuela para a construção da linha de transmissão entre Roraima e a hidrelétrica de Guri, naquele país. Ele espera

que pendências sobre o assunto tenham sido resolvidas durante o recente encontro entre Fernando Henrique Cardoso e o presidente da Venezuela, Hugo Chavez.

— A linha se estenderá por 685 km, dos quais os 200 km do território brasileiro já estão prontos. Aparentemente, os venezuelanos estão significativamente atrasados em sua parte — afirmou.

Para Mozarildo, essa linha de transmissão representará a redenção energética há muito sonhada pela população de Roraima.

— Afastado dos grandes centros produtores de energia elétrica do Brasil, o estado depende hoje de um punhado de usinas termoeletricas movidas a óleo combustível. Além de importado a custo elevado, esse derivado de petróleo polui a atmosfera com gases provocadores do efeito estufa — explicou.

O senador ressaltou que a economia líquida a ser obtida com a substituição do fornecimento pelas usinas termoeletricas está estimada em US\$ 60 milhões por ano. “A diferença no custo do megawatt-hora também será significativa, caindo de R\$ 90 para cerca de R\$ 45. Isso possibilitará ao estado aumentar a produtividade das atividades econômicas e melhorar o conforto da população”, acrescentou.

Requião critica indicação de Alcides Tápias



Requião lembrou envolvimento de banco com precatórios

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a indicação de Alcides Tápias para o cargo de ministro do Desenvolvimento. Tápias foi presidente da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) e vice-presidente

do Bradesco. O banco, segundo Requião, faz parte do rol das instituições envolvidas nas irregularidades apontadas pela CPI dos Precatórios

— O Bradesco comprava títulos no mercado secundário, depois que passavam pela ciranda financeira, em desfavor dos estados e municípios — afirmou.

Líderes vão se reunir para definir o relator do Plano Plurianual

Cargo é reivindicado tanto pelo PMDB como pelo PFL, mas presidente do Congresso acredita que, de acordo com o Regimento Comum, indicação deve ser feita pelo PSDB

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou para a próxima terça-feira, às 10 horas, uma reunião de lideranças partidárias e dos blocos parlamentares na Câmara e no Senado para escolha do relator do Plano Plurianual (PPA). “Não há, ainda, relator designado”, informou ele.

Segundo Antonio Carlos, eventuais indicações já feitas para o cargo não têm validade antes da reunião das lideranças. “Assim dizem as normas e assim vou cumprir. Quero que esses fatos fiquem esclarecidos porque a autoridade do Congresso não pode ser jogada para o lado”, destacou.

Ele lembrou que o Regimento Comum, que disciplina a tramitação das matéri-

as na Comissão Mista de Orçamento (CMO), dispõe que o relator das matérias não deve ser da mesma Casa, nem do mesmo partido, do parlamentar que exerce a presidência da comissão. O atual presidente da CMO é o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Conforme o presidente do Senado, a partir da promulgação da resolução do Congresso sobre o assunto, datada de 15 de setembro de 1995, as regras para a escolha das presidências e a designação dos relatores vêm sendo rigorosamente observadas, inclusive em relação à relatoria-geral do Plano Plurianual de 1995. “A apreciação do PPA é preliminar para a deliberação do orçamento anual e as duas matérias têm prazo de tramitação

estabelecido no Congresso”, explicou.

Ele acrescentou que os relatores das matérias devem ser escolhidos por indicação dos líderes dos partidos ou blocos parlamentares, observada a proporcionalidade partidária, e designados pelo presidente da comissão.

— Como constato estar havendo divergência em relação à designação do relator do PPA, posição reivindicada tanto pela liderança do PFL na Câmara quanto pela do PMDB no Senado, estou convocando reunião de lideranças partidárias e dos blocos parlamentares nas duas Casas para que o assunto seja definitivamente esclarecido — explicou.

PROPORCIONALIDADE

Antonio Carlos disse que, dentro do

critério de proporcionalidade e de rodízio nas indicações, a relatoria do PPA deveria ficar com o PSDB. Mas insistiu que só a reunião dos líderes poderão levar a uma definição sobre o assunto.

A afirmação foi em resposta aos jornalistas, que lhe perguntaram sobre a auto-indicação do presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), na semana passada, para a relatoria do PPA. Antonio Carlos disse que Jader se auto-indicou, provavelmente por não saber que o Regimento estabelece o critério de proporcionalidade ou porque soube do surgimento de outro nome do PFL. “Então ele achava que não devia ser também do PFL, e talvez tenha razão”, concluiu o presidente do Senado.

Eduardo Siqueira Campos avalia positivamente reunião ministerial

Referindo-se à reunião ministerial realizada ontem pelo governo com suas lideranças partidárias, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) expressou seu otimismo com os rumos do país. “Estou confiante e manifesto votos de que esta reunião ministerial propicie dias melhores para a nação brasileira”, afirmou.

No seu entender, fortalecido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, encontrará o equilíbrio entre as diversas correntes do pensamento econômico e conseguirá desenvolver o país, mantendo a estabilidade.

— O mais importante é que temos ainda três anos e meio de governo legitimamente constituído, e esse país



Eduardo Siqueira Campos acredita que o governo saberá superar as atuais dificuldades

precisa dar certo — observou o parlamentar.

Para ele, a reunião ministerial foi da maior importância, por revelar o empenho do governo em intensificar sua articulação com o Congresso e em fazer com que o país dê certo. Ao analisar a situação do Brasil, Siqueira Campos disse que o governo enfrentará a crise econômica e superará a crise política, com a contribuição e o esforço de todos os partidos, até porque o que a nação espera é que o país reencontre seus melhores dias.

— Em que pesem todas as dificuldades, o presidente tem demonstrado vontade férrea, tranqüilidade e serenidade para que, estabilizado economicamente, o Brasil possa encontrar sua verdadeira vocação para o crescimento — completou.

Jonas propõe que comissão defina as prioridades do Congresso

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) propôs ontem a criação de uma comissão especial mista para analisar medidas provisórias e projetos de lei em tramitação e estabelecer prioridades. Ele comentou que muitas matérias são “extremamente importantes e podem ser plenamente apreciadas em um prazo relativamente curto pelo Congresso Nacional”.

— Acredito que assim daremos à sociedade uma demonstração de compromisso público, bem como uma contribuição para o aprimoramento da legislação brasileira e a superação de muitos entraves e problemas que afligem a população — defendeu.

O senador, que esteve quatro meses ausente devido a licença médica, disse que nesse período viu que muitas das soluções para os problemas do país dependem da capacidade de decisão do Congresso. Durante a licença, o senador fez um levantamento de matérias que se encontram em tramitação no Congresso.

Deante as matérias que considera importantes, Jonas Pinheiro citou duas medidas provisórias que, na sua opinião, precisam ser analisadas pelo Congresso. Uma delas define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. A outra MP citada por Jonas Pinheiro dispõe sobre o alongamento das dívidas de crédito rural.



Jonas pede “compromisso” com a população

Suplicy quer explicações de Greca para irregularidades no Indesp

Requerimento apresentado ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propõe a convocação do ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, para que explique no plenário do Senado as denúncias publicadas na revista *Veja* desta semana envolvendo seu nome. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que o requerimento poderá ser votado hoje pelos senadores.

Segundo a revista, um órgão do Ministério do Esporte, o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), encontra-se sob investigação. Conforme a reportagem, há suspeitas de que o Indesp,

encarregado de autorizar a abertura de salões de bingo pelo país, “estaria mordendo o bolso dos interessados em obter uma permissão de funcionamento, e o dinheiro estaria escorrendo para o caixa de campanha de Greca, cuja ambição é virar governador do Paraná”.

A revista informa ainda que o diretor do Indesp, Luís Antônio Buffara, já foi tesoureiro de campanha de Rafael Greca. De acordo com o senador Eduardo Suplicy, a revista flagrou mentiras do ministro ao ser questionado sobre o caso. Rafael Greca teria dito que, em sua gestão, autorizou o funcionamen-

to de apenas três bingos, mas *Veja* obteve informação de que, na verdade, teriam sido liberados 98 pedidos de bingo — sete permanentes e 91 temporários.

De acordo com o relato da revista, os donos de bingo receberam cópias antecipadas da portaria que disciplina suas atividades e puderam fazer mudanças conforme seus interesses.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que as denúncias são “muito mais graves que as viagens do ministro Clóvis Carvalho a Fernando de Noronha” e, por isso, elas têm de ser investigadas a fundo pela polícia.

Votação de empréstimos pode ter novas regras

Possibilidades de mudanças na Resolução nº 78, que disciplina o exame de pedidos de créditos para os estados, serão analisadas por subcomissão criada pelo senador Ney Suassuna, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), constituiu uma subcomissão para analisar as possibilidades de mudanças na Resolução nº 78 que permitam o exame e a votação de pedidos de empréstimos internos de vários estados, bem como da tomada de empréstimos externos concedidos por organizações multilaterais.

— Há necessidade de mudar a Resolução 78, pois só assim poderemos examinar pedidos de empréstimos de São Paulo, da Bahia e do Distrito Federal, bem como de outros estados, e ainda possibilitar a tomada de empréstimos externos. O Banco Mundial, por exemplo, quer dar empréstimos à Paraíba e o estado não pode receber devido às exigências da resolução — explicou Suassuna.

A subcomissão é formada pelos senadores Agnelo Alves (PMDB-RN), Luiz Otávio (PPB-PA) e Jefferson Péres (PDT-AM), todos titulares da CAE. O assunto, debatido na reunião de ontem, foi levantado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), que é relator de dois projetos de resolução com pedidos de empréstimos para São Paulo e para o Rio de Janeiro.

Referindo-se aos projetos com pedidos de operações de crédito para São

Paulo, Osmar Dias disse que não pode relatar uma matéria que, em princípio, está impedida de tramitar na comissão devido às restrições da Resolução nº 78. Os pedidos de empréstimos de São Paulo, de R\$ 45 milhões e R\$ 55 milhões, esbarram, segundo o senador, nas regras da resolução.

Osmar Dias disse que o estado não está cumprindo a Lei Camata, que limita os gastos de pessoal em 60% da receita líquida, não está obedecendo aos 25% da receita líquida com a capacidade de endividamento e também não está pagando 13% da receita líquida com dívidas relativas a juros e amortizações.

— Quando aprovamos a Resolução nº 78, cometemos um exagero, pois os projetos só podem vir para o Senado se estiverem em condições de ser aprovados. São Paulo, hoje, não atende a vários dispositivos da resolução, então é preciso uma solução em conjunto com o Ministério da



A Comissão de Assuntos Econômicos constituiu ontem subcomissão de três senadores

Fazenda e o Banco Central para resolver o problema. Se quisermos rever empréstimos para estados, então teremos que mudar a Resolução nº 78 — afirmou.

No dia 1º de setembro, Osmar Dias almoçou com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e disse que o ministro concorda com sua opinião de que esses empréstimos são uma questão de Estado e não questões regionais ou pessoais que possam ser referendadas pelo Senado.

— Temos que ter responsabilidade com o endividamento público do país

— ponderou.

O senador do Paraná disse ainda que, se esses dois empréstimos para São Paulo fossem aprovados no Senado, a CAE teria que aprovar também crédito para outros estados.

Já o senador Pedro Piva (PSDB-SP) observou que quem não cumpriu o acordo da dívida foi o governo federal, que ainda não privatizou o Banespa. Segundo Piva, São Paulo tem cumprido com o pagamento da dívida e dos juros, mas sem os recursos da privatização do banco pode ficar “pendurado na Resolução nº 78”.

Projeto reduz juros de dívidas municipais

Cerca de R\$ 8,5 bilhões em dívidas municipais poderão ser refinanciados pelo governo federal em 10 anos e a taxas de juros abaixo do mercado, caso o Senado aprove projeto de resolução do senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentado ontem à



José Fogaça apresentou proposta à CAE

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Resultado do trabalho de subcomissão criada pela CAE, o projeto visa dar solução ampla e urgente para a dívida fundada (contratada junto a instituições financeiras) dos municípios e para as antecipações de receitas orçamentárias (ARO), segundo o senador. O projeto não inclui dívidas mobiliárias (contraídas em títulos negociados no mercado aberto).

— Os municípios precisam de uma solução rápida, já que estão pagando juros muito altos sobre os débitos. Muitos secretários de Finanças me disseram ser favoráveis a esse arranjo — disse Fogaça.

Como o Senado não teria condições de examinar cada um dos pedidos de refinanciamento — são quase quatro mil municípios devedores —, o projeto de Fogaça prevê uma autorização antecipada e abrangente. Ou seja, o governo fica autorizado a negociar e fechar os acordos de reestruturação com todas as prefeituras. O Senado reserva-se o direito de vetar depois acordos eventualmente prejudiciais às finanças públicas, ficando o Banco Central encarregado de fornecer todos os detalhes sobre os contratos. A negociação em si ficará a cargo do Banco do Brasil.

O senador explicou que a dívida refinanciada deverá ser paga em dez anos, a juros de 9% ao ano, tendo como garantia as receitas próprias dos municípios, que deverão comprometer no mínimo 13% de sua receita líquida real. Caso não cumpram o novo contrato, arcarão com juros iguais aos dos títulos públicos federais (taxa Selic).

A contrapartida às novas condições será maior controle do governo federal sobre as finanças municipais, que ficarão bem mais transparentes.

— Para poder se beneficiar dos juros menores e prazos maiores, os municípios terão que se conduzir de forma mais austera, assim como fizeram os estados, adequando suas despesas de pessoal e reorganizando seus sistemas previdenciários — alertou Fogaça.

CAE altera normas para financiamento de pequenos produtores

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem pareceres favoráveis a dois projetos alterando a Resolução nº 78 do Senado, que trata de regras para a tomada de empréstimos internos e externos dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Um deles exclui do rol das operações de crédito sujeitas à disciplina da resolução as garantias concedidas a mini e pequenos produtores rurais



Osmar Dias aponta modernização da Resolução nº 78

e a micro e pequenas empresas no financiamento de projetos identificados com as prioridades de desenvolvimento local ou regional.

O projeto de resolução, de autoria do

senador Osmar Dias (PSDB-PR), teve como relator o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que deu parecer favorável nos termos de um substitutivo. Os senadores aprovaram o substitutivo com uma emenda de redação de Bello Parga (PFL-MA). Para Osmar Dias, o projeto moderniza a Resolução nº 78.

Com essa proposta, passa a ter nova redação o inciso II do artigo 2º da resolução, onde é exigido que as garantias somente possam ser excluídas caso sejam concedidas contra recursos do Fundo de Aval a ser instituído nos estados, nos municípi-

os e no Distrito Federal.

Tendo como autor o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), o segundo projeto de resolução aprovado teve parecer favorável nos termos de um substitutivo de Osmar Dias. Essa alteração, que muda o inciso VIII do artigo 13 da Resolução nº 78, tem por objetivo, segundo o autor e o relator da matéria, sanar dificuldades burocráticas que alguns



Bernardo Cabral apresentou parecer favorável a projeto

municípios vêm enfrentando junto ao Banco Central, pelo fato de os tribunais de contas, responsáveis pela emissão da certidão que comprova o cumprimento de regras da legislação, não disporem de

tempo hábil para sua emissão.

De acordo com Casildo Maldaner, as contas estaduais e municipais são encaminhadas aos tribunais ao longo do primeiro trimestre do exercício seguinte ao qual se referem. Por esse motivo, acrescentou, nem sempre a certidão refere-se ao exercício anterior, ao qual a operação de crédito está sendo ou será realizada, como exige atualmente a resolução do Senado. As duas matérias foram aprovadas por unanimidade e seguirão para exame no plenário.

Comissão debate fusão de empresas e licitação de bacias petrolíferas

Na próxima terça-feira, à tarde, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), realiza audiência pública com Gesner Oliveira e Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, conselheiro e secretário de Direito Econômico do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), respectivamente. Os dois representantes do Cade vão esclarecer aos senadores os processos de fusão de empresas em curso na economia do país, com enfoque especial para o caso

da Brahma com a Antártica.

No dia 21, pela manhã, os senadores da CAE vão debater os processos de licitação de 27 áreas de nove bacias petrolíferas e os fundamentos dos impactos tecnológicos e demais detalhes dos recentes aumentos de preço dos combustíveis. Os debates terão a participação do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto; do presidente da Petrobras, Philippe Reichstul; e do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn.

Concessionárias de rodovias passarão a pagar ISS a municípios

Foi aprovado ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), substitutivo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) a projeto de lei da Câmara que estabelece como serviço sujeito à incidência do Imposto sobre Serviços (ISS) aquele prestado em rodovia, por empresa concessionária, pago através de pedágio exigido aos usuários. O substitutivo foi lido pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS),



Ramez Tebet redigiu substitutivo a projeto da Câmara

durante reunião da CAE.

O projeto estabelece que a base de cálculo do imposto é o preço do serviço, partilhado pelos municípios, proporcionalmente ao número de metros lineares da rodovia existente em seus territórios. No caso de ponte que una dois municípios, o montante do imposto será dividido igualmente entre ambos. A alíquota máxima do imposto será de 5%.

ACM manifesta solidariedade ao povo timorense

Presidente do Senado dá apoio aos discursos de vários senadores pedindo que o Brasil assumira posição mais clara em defesa do direito do Timor Leste de ser uma nação independente, como decidido em recente plebiscito

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apoiou ontem as manifestações de preocupação com a violência no Timor Leste, feitas em plenário pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Emilia Fernandes (PDT-RS) e Tião Viana (PT-AC). "A presidência manifesta sua solidariedade com o povo do Timor Leste, uma situação que desperta indignação no Brasil inteiro", afirmou.

Antonio Carlos leu, em plenário, a correspondência que recebeu do presidente da Assembléia da República de Portugal, Antonio de Almeida Santos, expressando a preocupação e indignação que dominam, nesse momento, os deputados portugueses. Ele apela para a solidariedade e influência política do



Antonio Carlos leu carta de seu colega português, pedindo a solidariedade brasileira

presidente e integrantes do Congresso brasileiro para viabilizar a formação

de uma força de intervenção multilateral de paz, relatou Antonio Carlos.

Na carta, Almeida Santos afirma que "a comunidade internacional, em especial a ONU e seu Conselho de Segurança, não podem demorar a dar uma resposta adequada à situação do Timor Leste, sob pena de o direito de autodeterminação neste território se converter numa armadilha e numa traição".

Para Almeida Santos, "estão em causa a consciência universal, os direitos humanos, a vida e a liberdade de um povo heróico e mártir que lutou durante um quarto de século pelo direito de autodeterminar o seu futuro e que enfrenta o risco de o ter exercido em vão", relatou Antonio Carlos.

Viana quer conhecer posição brasileira

O senador Tião Viana (PT-AC) anunciou ontem que apresentará requerimento para que o Ministério das Relações Exteriores explique a posição do governo brasileiro sobre a situação no Timor Leste. Ele também anunciou requerimento em que proporá ao Senado a aprovação de moção de censura contra o governo da Indonésia, em razão da violência que está sendo cometida contra o povo timorense. Milícias indonésias têm reagido com extrema violência contra os partidários da independência do Timor, aprovada em recente plebiscito.

Tião Viana se disse horrorizado com as agressões cometidas contra a população daquele país, e definiu-as como barbaridades que fazem o ser humano remontar à pré-história. Para ele, o assassinato brutal de crianças pelas milícias que aterrorizam os timorenses negam todas as conquistas em favor



Tião Viana se disse horrorizado com as agressões praticadas contra a população da ilha

dos direitos humanos. "As forças paramilitares agem ferindo os princípios da democracia universal e agridem cada um neste planeta", disse ele.

Na opinião do parlamentar, a ONU tem responsabilidade sobre o que está

acontecendo porque não se sensibilizou com os alertas que recebeu sobre a violência que se praticaria ali. "A tragédia anunciada de um genocídio sem proporções parece que não foi capaz de comover a ONU." Tião Viana também lembrou aos senadores que o Timor Leste é um país de língua portuguesa e que merece o mais absoluto respeito em sua soberania.

O senador estimou que nem mesmo na guerra do Vietnã o mundo assistiu a tanta violência. Em aparte, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que, no conflito dos Bálcãs, a ONU manifestou-se prontamente. Para ele, seria conveniente que essa organização fizesse agora uma intervenção humanitária para evitar mais mortes no Timor Leste. Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou sobre a necessidade de respeitar-se a vontade política do povo timorense.

Suplicy pede mais energia e diálogo com Xanana Gusmão

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou "mais energia" do governo brasileiro no apoio ao povo do Timor Leste. "É preciso também que ouçamos os apelos do líder pró-independência", disse Suplicy em referência a José Alexandre Xanana Gusmão, libertado ontem pela Indonésia, e que se abrigou na embaixada britânica, em Jacarta, de onde pediu ajuda da comunidade inter-



Suplicy: "É preciso que ouçamos os apelos"

nacional para solucionar a crise da região.

Sob o domínio da Indonésia desde 1975, o Timor Leste decidiu recentemente pela independência em plebiscito, realizado no final de agosto. Desde então, milícias indonésias perseguem violentamente partidários da independência. De acordo com Suplicy, Xanana Gusmão acusou o exército indonésio de atacar a população do

Timor Leste e é muito provável que venha a ser eleito presidente daquele país, como aconteceu com Nelson Mandela, que, após 27 anos preso, elegeu-se presidente da África do Sul.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), em aparte, disse estar acompanhando de perto os acontecimentos no Timor Leste, bem como os esforços do governo brasileiro. "Agora, em Nova Iorque, autoridades do Itamaraty participaram de amplas discussões em torno desta questão e é a embaixada do Brasil em Jacarta que está servindo de base, de ponto de apoio material à comissão", explicou. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou a Suplicy que incluísse seu nome na relação dos senadores que estão solidários ao Timor Leste.

Delegação do Parlamento francês visita o Senado

Chefiada pelo senador Jacques Oudin, delegação do Senado francês visita hoje o Legislativo brasileiro, devendo ser recebida às 16h pelo primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN). A agenda da comitiva prevê ainda audiência com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), às 9h30; com o diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, às 11h; e com o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, às 15h.

Amanhã, o grupo visitará os órgãos de comunicação da instituição: Rádio Senado, TV Senado e o Serviço 0800 - A Voz do Cidadão. Além de Jacques Oudin, integram a delegação os senadores Joël Bourdin, Marc Massion e Luc Dejoie, assim como Patrick Boudry, diretor do Serviço de Orçamento, Contabilidade e Previdência Social do Senado francês.

O objetivo da visita é estudar a organização financeira das assembleias brasileiras, bem como o estatuto dos eleitos, no que se refere a remuneração e indenizações, além das modalidades usuais de financiamento da política.

José Jorge autografa livro de discursos em feira do Recife

O senador José Jorge (PFL-PE) permaneceu por mais de uma hora e meia no estande do Senado na 2ª Feira Internacional do Livro de Pernambuco, na terça-feira à noite, autografando separatas de dois de seus discursos sobre educação. Com o feriado de 7 de Setembro, o movimento na feira foi o maior desde a inauguração, ocorrida no sábado, e o estande do Senado também registrou seu recorde de vendas até agora.

José Jorge autografou para um

grande número de pessoas exemplares impressos de discursos sobre o primeiro aniversário do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e sobre educação infantil. Amanhã, às 19h, será a vez do senador Carlos Wilson autografar separatas de discursos.

A feira se estenderá até domingo, e o Senado está oferecendo no estande os cerca de 100 títulos incluídos em seu "Catálogo de Publicações".

Emilia cobra "providências concretas"

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) pediu ontem providências concretas do governo e do Congresso brasileiros em relação ao Timor Leste. "Não é possível aceitar que um país que se manifeste pela independência encontre a morte", destacou.

Segundo Emilia, trata-se de uma explosão de violência das milícias contra os partidários da tese do Timor independente mas com evidente omissão da polícia e até do Exército e do governo da Indonésia. "Observadores internacionais falam de uma situação de 'limpeza política', onde o governo indonésio estaria seguindo um chamado 'Plano B', que não admitiria os resultados das urnas", afirmou.

Emilia lembrou que a violência não está poupando sequer as sedes da Cruz Vermelha e das Nações Unidas. "Diante do resultado expressivo das urnas - 78,5% optaram pela independência - não é possível que o governo brasileiro se limite a acompanhar o assunto. Não estou reivindicando retaliação contra o governo da Indonésia, mas é preciso fazer mais."

A senadora pelo Rio Grande do Sul considerou uma "hipocrisia" a libertação, nesse exato momento, do líder Xanana Gusmão, tantos anos mantido em prisão pelo governo da Indonésia, em razão de sua luta pela independência do Timor Leste. "Quando o país está numa situação de violência generalizada, o que se precisa é de um



Senadora considerou "hipocrisia" da Indonésia libertar agora o líder timorense Xanana Gusmão

esforço conjunto das Nações Unidas e de todos os países que defendem os direitos humanos, como é o caso do Brasil", concluiu Emilia Fernandes.